



**XV REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
OU EQUIPARADOS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Praia, Cabo Verde, 24 de maio de 2022

Decorreu, no dia 24 de maio de 2022, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, a XV Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP).

Angola esteve representada pelo Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga, Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD); o **Brasil**, pelo Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara, Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE); **Cabo Verde**, pelo Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia, Diretor Nacional da Defesa (DNPD); **Guiné Equatorial**, pelo Sr. Raimundo Ondo NDJENG MANGUE, Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, em representação da Diretora-Geral de Cooperação Militar (DGCM); **Moçambique**, pelo Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa, Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD); **Portugal**, pelo Dr. Paulo Lourenço, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN); **São Tomé e Príncipe**, pelo Dr. Kenente Duarte do Nascimento, Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN). Guiné-Bissau e Timor-Leste não estiveram presentes nem representados. Participaram, também, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e as Representantes do Núcleo Permanente do SPAD, Dr.^a Maria do Rosário Penedos e Dr.^a Iara Silva Campos, que secretariam a Reunião.

Os trabalhos desenrolaram-se sob a Presidência do DNPD de Cabo Verde, Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia, que começou por agradecer a presença de todos e expressou satisfação e incomensurável honra em presidir esta Reunião.



Enalteceu o esforço de todos para a concretização desta Reunião de forma presencial, encorajando ao reforço do relacionamento entre os Estados-Membros da CPLP, em matéria de cooperação.

Frisou a resiliência da Componente de Defesa nestes tempos de mudança, felicitando a anterior Presidência brasileira que para isso muito contribuiu. O Brasil agradecendo, retribuiu com votos de bom trabalho e sucesso.

Em seguida, o Presidente do Órgão deu início aos trabalhos com a aprovação da Agenda.

Ponto 1. Aprovação da Agenda

O Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia submeteu a Agenda de Trabalhos à consideração do Plenário. Deu nota de que foi incluído, a pedido de Portugal, um tópico no ponto 7. Diversos, onde esse Estado-Membro abordaria algumas iniciativas, nacionais e internacionais, no âmbito da segurança marítima em África. A Agenda foi aprovada por unanimidade (**Anexo A**).

Ponto 2. Discussão e Pronúncia sobre:

2.1. Proposta do Grupo de Trabalho para *Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP) para a constituição de uma célula CIMIC/CPLP*

O Presidente do Órgão expôs a Proposta do GTOP (**Anexo B**), acompanhando a sua intervenção com uma apresentação (**Anexo C**), tendo salientado o racional subjacente à constituição de uma célula CIMIC/CPLP, em resposta ao desafio político lançado pelos Ministros da Defesa, e o contributo que esta iniciativa aporta para o reforço da cooperação entre os Estados-Membros da Componente de Defesa da CPLP no domínio das operações de paz das Nações Unidas. Frisou como resultado esperado da sua concretização, a desejável participação equitativa de Mulheres, quer em funções de estado-maior, quer de comando. Sensibilizou, também, para a importância de um maior envolvimento e apropriação de todos para ultrapassar as limitações identificadas, nomeadamente, no âmbito da formação e

25

U

Bu

2



certificação necessárias para o emprego desta célula, bem como o seu devido financiamento. Alertou, igualmente, para a necessidade de se começar a elaborar o edifício jurídico para a constituição e emprego desta célula, e concluiu, relevando o impacto desta iniciativa na capacitação das Forças Armadas dos Estados-Membros, no reforço do posicionamento da Comunidade enquanto produtora de segurança, enfatizando igualmente o contributo significativo para o fortalecimento da identidade da CPLP.

Os Estados-Membros foram convidados a pronunciar-se. Após profícua discussão, e recordando que se trata da aprovação de um conceito que prevê a constituição de uma célula onde os Estados-Membros participarão a título voluntário, o Plenário acolheu com apreço a viabilização da proposta de criação de uma célula CIMIC/CPLP e a sua recomendação a aprovação pelos/as Senhores/as Ministros/as.

2.2. Proposta de Declaração sobre o Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

O DNPD de Cabo Verde recordou a Proposta veiculada na última Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional, na Cidade de Salvador, Brasil, sobre o alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (**Anexo D**).

Explanou, apoiado numa apresentação PowerPoint (**Anexo E**), que a Presidência da Componente de Defesa, a criar, seria assegurada pelo Estado-Membro que presidisse à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, pelo período de dois anos, sem prejuízo de se poderem realizar reuniões anuais de todos os seus Órgãos.

Este alinhamento determinaria que as Reuniões de Ministros da Defesa (e a de Diretores de Política de Defesa imediatamente anterior) seriam acolhidas pelo Estado-Membro que assumisse a Presidência da Componente, enquanto as reuniões dos restantes Órgãos seriam acolhidas na base de rotação alfabética já instituída.

4

3



Foi mencionado que, no quadro deste alinhamento (se aprovado), o período transitório seria assegurado por Angola até 2023, pelo que a XVII Reunião de DPDN/CPLP e a XXII Reunião MDN/CPLP seriam asseguradas por este Estado-Membro e no ano de 2024, as Reuniões de MDN/CPLP e de DPDN imediatamente anterior teriam lugar em 2024 em São Tomé e Príncipe. Angola e São Tomé Príncipe confirmaram a disponibilidade para assumir as próximas Reuniões.

Os Estados-Membros pronunciaram-se favoravelmente, tendo concluído pela recomendação da aprovação da proposta de alinhamento das Presidências, bem como das alterações propostas ao Protocolo de Cooperação e aos Regimentos dos Órgãos MDN e DPDN, sublinhando que este seria um emblemático entregável desta Reunião Ministerial da CPLP.

2.3. Exercício FELINO

Neste ponto, o Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia salientou a importância destes Exercícios, nomeadamente, para o treino e interoperabilidade das Forças Armadas, manifestando especial agrado pela retoma da sua realização (inviabilizada desde 2020 pela situação pandémica). Recordou a calendarização aprovada na última Reunião de Ministros, para o ciclo 2022/2023 (Guiné-Bissau - Exercício na Carta (EC), em 2022 e Portugal - Exercício no formato Forças no Terreno (FT), em 2023), dando nota que, pela indisponibilidade da Guiné-Bissau realizar o EC este ano, ficou acordado, na última Reunião de CEMGFA/CPLP, a 20 de abril de 2022, que o assumiria em 2023 e Portugal realizará, no mesmo ano, o Exercício no formato FT. Recordou, igualmente, a previsão para o ciclo 2024/2025, com a Guiné Equatorial a assumir o Exercício na Carta (2024) e o Brasil a assumir o Exercício no formato Forças no Terreno (2025).

Os Estados-Membros visados confirmaram essa disponibilidade.

2.4. Colégio de Defesa

O Diretor Nacional da Defesa de Cabo Verde, recordando as edições anteriores do Colégio de Defesa, sublinhou a importância desta área de atuação da Componente de Defesa.



Recordando a calendarização aprovada, conhecida a indisponibilidade de Angola assumir a 3.^a edição, comunicou a intenção de Portugal assumir a sua realização, ainda em 2022, com o Curso de Estudos Africanos, no formato online. Mencionou a realização prevista da 4.^a edição, em 2023, por Moçambique. Ambos os Estados-Membros (Portugal e Moçambique), atestaram essa disponibilidade.

Foi auscultada a disponibilidade dos Estados-Membros em acolher a 5.^a edição, tendo o Brasil mostrado recetividade para estudar a possibilidade de assumir esta edição em 2024. Foi, igualmente, registado o interesse manifestado por Angola em realizar a 6.^a edição, no ano de 2025.

2.5. Deliberações da XI Reunião do Conselho Consultivo do CAE/CPLP

2.6. Relatório de Atividades e de Contas de 2021 do CAE/CPLP

2.7. Plano de reajustamento de atividades para 2022 e proposta de Plano de Atividades para 2023 do CAE/CPLP

Para abordar os pontos **2.5**, **2.6** e **2.7**, o Presidente do Órgão convidou o Diretor do CAE a intervir e, nesta oportunidade, o Coronel Armindo Sá Miranda apresentou sumariamente o Relatório de Atividades e Execução Orçamental, evidenciando a inauguração do Espaço “CPLP” e da Biblioteca do CAE/CPLP, bem como os eventos contemplados no Plano de atividades previsto para 2022 e 2023. Destacou as Reuniões da Componente de Defesa em que a direção do Centro esteve presente, bem como os eventos, cursos e visitas que promoveu, salientando o esforço e empenho colocados na profissionalização e capacitação dos seus quadros. Recordou a necessidade da regularização dos compromissos financeiros assumidos, pelos Estados-Membros, perante o Fundo Especial, por forma a que o Centro possa assegurar a continuidade do funcionamento e gestão regular das atividades previstas (**Anexo F**).

O DNPD de Cabo Verde agradeceu a exposição do Diretor do CAE/CPLP, convidando todos os Estados-Membros a pronunciarem-se, tendo sido particularmente relevado o trabalho

4 p ~~BAW~~ ~~QWA~~ ~~JK~~ m 5



desenvolvido por este Centro. Nada havendo a obstar, foi considerada a recomendação da aprovação dos documentos em análise. **(Anexo G)**

2.8. Conclusões da Reunião do VIII Fórum de Saúde Militar/CPLP

O Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia abordou este ponto, tendo sido tomada boa nota das Conclusões do Relatório deste VIII Fórum **(Anexo H)** e recomendada a sua aprovação.

Todos os documentos e assuntos constantes do Ponto 2. foram, assim, colocados a debate, tendo sido considerados, por consenso, em condições de serem submetidos a aprovação em sede da XXI Reunião de MDN/CPLP.

Ponto 3. Fontes de financiamento da UE para programas de capacitação na área da Segurança e Defesa

Para abordar este ponto, foi convidado a intervir o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Dr. Paulo Lourenço, que dando nota do tema a ser apresentado na Reunião Ministerial, elaborou sobre as atuais oportunidades de financiamento pela União Europeia na capacitação de países terceiros (incluindo países da CPLP), na área da Segurança e Defesa.

Os Estados-Membros reagiram com agrado a esta iniciativa, constatando a necessidade de os diferentes Estados estarem atentos a estas oportunidades, mormente no domínio da Segurança Marítima, onde reconhecem vulnerabilidades transversais. Foi, assim, bem acolhida a intenção de expor aos/às Senhores/as Ministros/as um ponto de situação mais detalhado sobre os projetos em curso, a ser apresentado pela Delegação UE na Cidade da Praia.

Ponto 4. Análise da pertinência da continuidade da Matriz de atuação dos setores da Defesa em contexto COVID-19

O Anfitrião enquadrou o tema em assunto, mencionando que, na 35.^a Reunião do SPAD, decorrida a 24 e 25 de março de 2022, foi levantada a questão da pertinência de continuar o preenchimento da Matriz COVID-19 e, recordando que, nessa sede, foi consensual que o intento na base da sua criação se encontra cumprido, tendo sido deferido que o SPAD elaborasse uma análise mais detalhada a ser, neste momento, apresentada **(Anexo I)**.

31

BN

4

QAT



Em debate, foram relevadas a crescente estabilidade da situação pandémica, a menor necessidade da intervenção continuada das Forças Armadas neste contexto, não se perspetivando outras medidas/práticas a partilhar e, ainda, a circunstância do envolvimento dos Estados-Membros no preenchimento da matriz ter vindo a decrescer paulatinamente, causando uma desatualização cada vez mais expressiva da mesma.

O Plenário concordou que a finalidade deste exercício já teria sido alcançada, sem prejuízo da utilidade de um relatório final, com as lições aprendidas, tendo o CAE anunciado alguns trabalhos já em curso sobre este tema, a serem apresentados por ocasião do XIX Encontro de Saúde Militar da CPLP, em outubro próximo.

Ponto 5. Dinamização da Componente de Defesa:

5.1 Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP

Para abordar este ponto, foi convidada a intervir a Dr.^a Iara Silva Campos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, que apresentou, neste momento, a Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (**Anexo J**), explanando que se trata de um instrumento que colige e reflete os esforços dos Estados-Membros e demais órgãos da Componente de Defesa em dinamizá-la, recordando que se trata de um documento vivo que requer contribuição e envolvimento contínuo de todos, para que seja possível acompanhar os desenvolvimentos e resultados da atuação da Componente e, paralelamente, identificar novas áreas a explorar/domínios prioritários.

Os Estados-Membros reconheceram a importância deste mecanismo, comprometendo-se a contribuir regularmente para a sua atualização.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'Y' and a signature that appears to be 'STC'.



5.2. Plano de Ação para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança;

Com recurso a uma apresentação (**Anexo K**), a Dr.^a Iara Silva Campos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, abordou o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança aprovado na XX Reunião de MDN/CPLP, aprovado a 1 de junho de 2021.

O Plano em vigor desde o dia 1 de julho de 2021 prevê monitorizações anuais, por cada Estado-Membro e centralizadas no SPAD. A primeira monitorização anual será efetuada e apresentada no ciclo de decisão de 2023, momento em que já terá decorrido mais de um ano de implementação do Plano. Assim, o que aqui foi apresentado constitui apenas um ponto de situação/reporte indicativo do grau de implementação do Plano nos Estados-Membros, desde a sua entrada em vigor.

O Plenário tomou boa nota da informação prestada e os Estados-Membros reiteraram o seu compromisso na mobilização de esforços para a implementação deste Plano de Ação.

5.3 Página de internet

Neste ponto, foi dada a conhecer, pela Dr.^a Maria do Rosário Penedos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, a nova página de internet da Componente de Defesa, ainda em construção, agradecendo os contributos já recebidos e relevando a importância do envolvimento e da apropriação de todos nesta iniciativa que se constitui como um projeto de todos e para todos. Por essa razão, reiterou a oportunidade da sua divulgação também por todos os Estados-Membros, nas suas páginas institucionais, multiplicando a visibilidade da atuação da Componente de Defesa.

A iniciativa foi bem acolhida por todos os presentes que, saudando o trabalho desenvolvido, reconheceram o potencial para a projeção e visibilidade do trabalho desenvolvido pelos Órgãos da Componente.



O DGPDN sublinhou a importância da reflexão estratégica entre os Estados-Membros, nomeadamente através da elaboração de *non-papers*, com o apoio ativo do CAE. Sublinhou ser este um passo importante na consolidação de uma verdadeira cultura estratégica da CPLP e da sua Componente de Defesa, obedecendo a um conjunto de princípios e conceitos doutrinários comuns.

Concluiu, sensibilizando para a necessidade de criar condições ativas que facilitem a participação dos Estados-Membros nas Reuniões e demais iniciativas dos Órgãos da Componente, dada a importância de maior envolvimento e apropriação por parte de todos os Estados-Membros da Componente de Defesa da CPLP.

Ponto 6. Acolhimento da XVI Reunião de DPDN/CPLP (2.º semestre 2022)

Neste ponto, o Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia solicitou propostas de acolhimento para esta Reunião. Após algum debate, e ponderada a importância da realização presencial desta Reunião, a Guiné Equatorial manifestou-se disponível para acolher esta Reunião, em Malabo, no próximo mês de outubro.

Ponto 7. Diversos

Apresentação sobre iniciativas, nacionais e internacionais, no âmbito da segurança marítima em África

O DGPDN apresentou o estado da arte de algumas iniciativas, nacionais e internacionais com relevo no âmbito da segurança marítima em África.

Aludiu aos últimos desenvolvimentos do Centro do Atlântico, que se vai afirmando como uma plataforma de excelência para promoção da Segurança e Defesa no Atlântico, através do diálogo, capacitação e formação. Referiu o conceito das Presenças Marítimas Coordenadas, uma iniciativa da UE destinada a promover a cooperação internacional e regional no mar, projeto-piloto no Golfo da Guiné visando apoiar os Estados costeiros e Arquitetura de Iaundé, na resposta a desafios-chave de segurança marítima, como a



pirataria. Uma nova área de interesse marítimo contemplará em breve o Oceano Índico. Por fim, lembrou a iniciativa 'Mar Aberto' que decorre atualmente, com visitas já realizadas a Angola, São Tomé e Príncipe, e Guiné Equatorial, seguindo-se o Togo, Guiné-Bissau e Cabo Verde. **(Anexo L)**

Os Estados-Membros registaram a importância destas informações, reconhecendo a necessidade de melhor conhecer e aproveitar os mecanismos para reforçar a Segurança Marítima, em especial no Golfo da Guiné, região de interesse estratégico comum, para todos os Estados-Membros da CPLP.

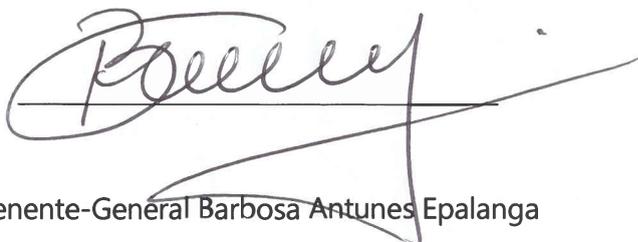
Nesta sequência, o Dr. Paulo Lourenço lançou o desafio aos seus homólogos para uma reflexão comum sobre o tema da Segurança Marítima, convidando cada Estado-Membro a identificar e comunicar as iniciativas que cada um desenvolve, ou em que participa, neste âmbito. Para este efeito, sugeriu ao Núcleo Permanente do SPAD a preparação de um primeiro documento de enquadramento, de forma a dar início aos trabalhos. O objetivo final seria mapear as várias iniciativas em curso nos Estados-Membros e aferir em que medida poderiam servir os vetores da Componente de Defesa.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o Diretor Nacional da Defesa de Cabo Verde encerrou a XV Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Cidade da Praia, Cabo Verde, aos vinte e quatro dias de maio de 2022.



O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria
da República de Angola



Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa
da República Federativa do Brasil



Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara



O Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa
da República de Cabo Verde

Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia

O Representante da Diretora-Geral de Cooperação Militar do Ministério da Defesa
da República da Guiné Equatorial

Raimundo Ondo Ndjeng Mangu 



O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa
da República de Moçambique

Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa
da República Portuguesa

Dr. Paulo Lourenço



O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Ordem Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Dr. Kenente Nascimento



ANEXOS

- A.** Agenda e delegações da XV Reunião de DPDN/CPLP
- B.** Proposta de constituição de uma célula CIMIC/CPLP para emprego conjunto em operações de paz
- C.** Apresentação PowerPoint sobre a Proposta do GTOP
- D.** Proposta de Declaração sobre o Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP
- E.** Apresentação PowerPoint sobre a Proposta de Alinhamento das Presidências
- F.** Síntese do “Relatório de Atividades e de Contas” do CAE/CPLP
- G.** Documentos de gestão do CAE (Deliberações da XI Reunião do Conselho Consultivo do CAE; Relatório de Atividades e execução orçamental de 2021; Plano de reajustamento de atividades para 2022 e proposta de Plano de Atividades para 2023)
- H.** Conclusões do VIII Fórum de Saúde Militar
- I.** Análise sobre a Matriz de atuação dos setores da Defesa em contexto COVID-19
- J.** Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP
- K.** Apresentação com ponto de situação/reporte do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança
- L.** Apresentação sobre algumas iniciativas no âmbito da segurança marítima em África